

SITUAÇÃO DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL ⁴

Johanna Smit

Introdução

A ciência da informação (CI) tem vários fundadores, em diferentes épocas e países, e é possível reduzir sua história a duas abordagens, nem sempre percebidas como complementares, mas que serão aqui postuladas como tal:

- uma abordagem mais focada na organização da informação e do conhecimento através da sua representação;
- e uma abordagem que enfatiza os desafios e benefícios da tecnologia como parte do processo.

A abordagem mais centrada na organização da informação e do conhecimento apresenta, por sua vez, vários patronos e facetas, destacando-se os nomes de Paul Otlet, hoje lembrado em função da CDU mas cujo projeto foi muito mais amplo e ambicioso e, um pouco depois, de Suzanne Briet, sem esquecer Ranganathan e os trabalhos do *Classification Research Group*. A importância – inegável – da tecnologia nos processos de organização e disseminação da informação foi por sua vez mais associada ao nome de Vannevar Bush e os desdobramentos posteriores no contexto da American Society for Information Science and Technology (ASIS&T), fundada em 1937 como Instituto Americano de Documentação.

⁴ Originalmente publicado em: SMIT, J. Situation de la recherche en Science de l'information au Brésil. I Journée Scientifique Internationale du Réseau Mussi. **Actes...** Avignon : Université d'Avignon et des Pays du Vaucluse, 2010. p. 27-49.

Tradução e revisão da autora.

Não é meu objetivo alimentar uma controvérsia sobre os precursores da CI, respectivos legados e influências, parecendo mais fértil simplesmente constatar a dupla linhagem de abordagens no nascedouro da CI, ressaltando, no entanto, um fato comum: tanto na Europa como nos Estados Unidos a configuração do que seria chamado “CI” se deveu muito mais a cientistas, pesquisadores, juristas e tecnólogos, e muito menos a bibliotecários.

Tanto a documentação da tradição europeia, originada a partir da bibliografia, como o “special librarianship” americano nasceram de uma crise paradigmática, segundo a qual a biblioteconomia não oferecia soluções adequadas para uma recuperação da informação em um contexto no qual a consciência da “explosão da informação” se tornava cada vez mais presente e a diversidade de tipos de documentos, suportes e códigos introduzia novos desafios para a recuperação da informação e a construção do conhecimento. A insatisfação em relação ao raio de ação da biblioteconomia gerou novas exigências, mais voltadas para o acesso à informação e sua divulgação, recorrendo à tecnologia disponível que, embora incipiente, já prenunciava uma diversidade de documentos, recursos digitais e redes de informação hoje disponíveis.

A partir deste resumo – exageradamente sintético! - detecta-se uma primeira tensão, ou ruptura, entre a Biblioteconomia e a Documentação e posteriormente entre a Biblioteconomia/Documentação e a Ciência da Informação, enunciando sempre uma distinção considerada necessária face às necessidades de informação, cada vez percebidas como mais específicas e urgentes, entre o tratamento da informação – objetivo da documentação - e a função educacional e cultural desta, enfatizada pela biblioteconomia. A distinção repercutiu de formas diferentes nos diferentes países, mas em todos distinguiu os profissionais, sua formação e competências bem como suas associações profissionais ou científicas.

A Ciência da Informação no Brasil

A configuração da Ciência da Informação no Brasil parte, a meu ver, de um ponto de vista distinto daquele acima observado na Europa e Estados Unidos, uma vez que os profissionais que levantaram a bandeira da CI aqui não eram, salvo honrosas exceções (1), profissionais de outras áreas, mas bibliotecários. Essa afirmação pede alguns esclarecimentos:

- a documentação foi absorvida no Brasil tanto no ensino como na legislação profissional, pela biblioteconomia. Por uma razão, portanto, relacionada ao mercado de trabalho a documentação, enquanto área pressupondo competências profissionais específicas foi literalmente engolida pela biblioteconomia brasileira. Não se tratou - evidentemente, de uma discussão epistemológica, mas corporativa. Em decorrência do corporativismo, temos até hoje uma legislação que regulamenta o exercício profissional do bibliotecário, incluindo as atividades próprias da documentação. A formação de bibliotecários é, por sua vez, regida por “Diretrizes Curriculares” que incluem muitas atividades associadas à documentação, tais como o ensino da indexação, a elaboração de tesouros e a documentação propriamente dita. Muito embora, oficialmente, a graduação no Brasil forme bibliotecários, em muitos cursos formamos, de fato, documentalistas, que recebem ao final de sua formação (de 4 anos, quase sempre) um diploma de bacharel em biblioteconomia, se inscrevem no respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) para poderem exercer a função de bibliotecários embora desenvolvam, freqüentemente, ações próprias da documentação...

- o ensino da biblioteconomia no Brasil se iniciou, em 1911, pela necessidade de formação de quadros para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, bastante influenciada pelo que se ensinava na École des Chartes (Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática). Uma vez os quadros formados, a formação foi desativada por falta de candidatos, ocorrendo um deslocamento do eixo formativo do Rio de Janeiro

para São Paulo (Oliveira, Carvalho, Souza, 2009). Em São Paulo, a partir da biblioteca do Colégio Mackenzie, dirigida pela bibliotecária americana Dorothy Gropp, a influência americana se impôs, particularmente pela formação e visitas a bibliotecas americanas a partir de 1929. Ao que tudo indica este processo ainda mereceria um estudo, visto que naquele momento (anos 30 a anos 60) a biblioteconomia americana era fortemente influenciada pela Escola de Biblioteconomia de Chicago, que preconizava um “deslocamento do foco nos processos para a função” (Ortega, 2004, p. 6) e minimizava a importância dos recursos técnicos e tecnológicos, mas a biblioteconomia assimilada no Brasil enfatizava o processo e não a função. Em decorrência, deu-se a supervalorização de esquemas e códigos americanos e a perda de espaço para o bibliotecário-erudito-conservador. Categorizado pelos adjetivos de “moderno” e “eficiente”, o “fazer” do bibliotecário enfatizava procedimentos e técnicas e não competências para prover o acesso à informação por diferentes públicos ou uma reflexão crítica autônoma sobre sua função social (educacional e/ou cultural). Com o tempo esta visão da biblioteconomia foi considerada excessivamente tecnicista e, portanto, depreciada em sua condição de formação de nível superior para o exercício de uma profissão liberal. Grosso modo, no período coberto pelos anos 60 a 80, a crítica contra o tecnicismo era unânime, muitas vezes sustentada por argumentações bastante pertinentes.

- outro aspecto que me parece relevante, consequência do anterior, não é específico da situação brasileira, mas o cito assim mesmo, pois me parece importante para entender o quadro geral dentro do qual atuamos no Brasil e este aspecto tem a ver com o reconhecimento social e a visibilidade acadêmica da área. Em consequência de um ensino da biblioteconomia que primava pelo aspecto técnico, a obediência cega a regras e códigos e uma relativa falta de compromisso com a construção de um conhecimento adequado para a realidade social brasileira, geraram a imagem de uma profissão “técnica”, que se desenvolve por repetição e pouco

inova, gerando uma depreciação em sua imagem. A biblioteconomia associada à erudição foi substituída por uma técnica biblioteconômica, desvinculada da erudição e da leitura e que, portanto, poucas respostas poderiam fornecer em relação aos imensos problemas de acesso e apropriação da informação vivenciados pela população. Com um sistema de educação pública também cada vez mais deteriorado, a população tem dificuldade para acessar a informação e, portanto, gerar um conhecimento próprio, autônomo, livre. Malgrado alguns tenazes batalhadores, a biblioteconomia deixou de ser vista como um elo necessário ao desenvolvimento do país. No entanto, por força da regulamentação profissional que, a partir de 1962, exigia o diploma de bibliotecário para a atuação profissional (fiscalizada pelos CRBs), a biblioteconomia foi alçada à condição de profissão liberal e sua formação de nível superior assumida por universidades ou instituições de ensino superior.

- um último aspecto deve ainda ser mencionado. Conforme acima afirmado, a biblioteconomia conquistou um lugar no ensino superior pela via legal – e formal - já que a regulamentação profissional assim dispunha. Na prática, salvo honrosas exceções, uma atividade profissional depreciada, “técnica”, era recebida no ambiente do ensino superior, mas nunca foi efetivamente integrada à academia, pois de fato não percebida enquanto relevante de acordo com os pressupostos da reflexão desenvolvida no ensino superior. A “aceitação” foi, conseqüentemente, formal, sem o respectivo respaldo de exigências acadêmicas. É importante lembrar que muitos cursos de biblioteconomia foram criados e formaram bons bibliotecários. No entanto, a sociedade, em função da imagem do bibliotecário, esperava dele uma função eminentemente preservacionista, mas o profissional, durante sua formação, tinha tido acesso a outras ideias, objetivos e discussões muito mais amplas!

Somadas todas as razões, os bibliotecários sabiam que era possível fazer mais e queriam fazer mais, insuflar uma atitude muito mais pró-ativa em suas bibliotecas, detalhar serviços de

acordo com necessidades de informação de usuários específicos, incluir nos acervos – físicos ou virtuais - outros documentos além dos livros e periódicos. A insatisfação vivenciada por alguns bibliotecários encontrou eco na criação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Barreto, 2009), não vinculado a um curso de graduação em biblioteconomia, mas a uma proposta de disseminação da informação científica e tecnológica. Pode-se dizer que o “novo” e o “algo a mais” passou a ser chamado de Ciência da Informação e os profissionais voltados para a organização do acesso à informação passaram a ser denominados “profissionais da informação”, retomando a designação desenvolvida no seio da Federação Internacional de Informação e Documentação - FID/MIP (Fonsêca, Oddone, 2005).

Muito embora os agentes da transformação, no Brasil, fossem tanto bibliotecários como outros profissionais (vinculados ao IBICT), a ruptura em relação à biblioteconomia “tradicional” era norteada pelas mesmas razões em que fora enunciada na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, uma insatisfação em relação ao alcance, objetivos e métodos da biblioteconomia (Barreto, 2009).

A argumentação ainda pode ser completada quando lembramos que a biblioteconomia, na imagem que dela fazia a sociedade, não gozava de muito prestígio na sociedade e, conseqüentemente, na universidade (2). Ela precisou se afirmar, justificar sua inserção no universo do ensino superior, distinguir-se do ensino técnico de nível médio, para referendar e consolidar sua inserção neste universo. Se no início (1962 a 2001) o ensino da biblioteconomia era regido por um “currículo mínimo”, o diagnóstico de que esse currículo enfatizava os aspectos técnicos (e, portanto, depreciativos) da formação levou à elaboração, em 2001, de “diretrizes curriculares”, no contexto de um amplo movimento de desregulamentação de uma série de profissões proposta pelo MEC (3). A manutenção do espaço da biblioteconomia na academia, no entanto, não era simples e a

imagem negativa pouco auxiliava. Os profissionais (bibliotecários ou outros), conscientes do potencial revolucionário representado por um acesso à informação para a elaboração de um conhecimento autônomo e crítico, viam-se, assim, diante de uma formação que, embora flexibilizada pelas diretrizes curriculares, continuava sofrendo com a falta de reconhecimento social, uma estrutura de regulamentação (e fiscalização profissional) e seus anseios por uma valorização da informação e das atividades a ela relacionados. Correndo o risco de ser contestada, suspeito que o termo “Ciência da Informação” pode ter sido adotado como forma de aumentar o status da área, aumento este alavancado pelo termo “ciência”.

A trajetória da Ciência da Informação no Brasil teve suas particularidades, mas não a distingue fundamentalmente do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, um processo de nomeação de uma área “nova”, almejando maior status através da incorporação do termo “ciência”, e por várias razões propondo soluções para problemas novos - a ciência pós-moderna de Wersig (1993) - sem levar em conta conhecimentos e procedimentos amplamente testados pela biblioteconomia, da qual faz questão de se distinguir sem conseguir propor uma identidade clara para esta nova ciência. Particularmente, trabalho com a seguinte delimitação, certamente provisória e nada consensual: *a ciência da informação é a ciência da organização do acesso a uma informação registrada e disponibilizada institucionalmente.*

A Ciência da Informação no Brasil e os diferentes corporativismos

Sabe-se que na antiguidade e ainda na Idade Média os documentos, quando reunidos, formavam acervos hoje considerados distintos: bibliotecas, museus e arquivos preservam e organizam o acesso a informações de modos diferentes. Hoje essas três instituições nomeiam áreas autônomas, embora com objetivos muito próximos, mas com práticas profissionais diversificadas.

Em função de dois fatores, complementares, neste ponto a situação brasileira é distinta de algumas outras:

a) a legislação trabalhista distingue claramente as profissões, protege mercados de atuação profissional e incentiva discussões e distinções sustentadas pelo corporativismo;

b) a formação para as diferentes profissões, conseqüentemente, também é distinta, embora alguns temas sejam geralmente percebidos como elos de ligação entre as diferentes profissões. Assim, por exemplo, nas universidades que oferecem duas ou três formações, esses temas são ministrados para o conjunto dos alunos (p. ex. “fundamentos de Ciência da Informação”, “estudos de usuários”, “administração de serviços e sistemas de informação”, “bancos de dados”, etc.).

Quando o universo da CI é observado pelo viés da legislação profissional e pela respectiva formação profissional, no ambiente brasileiro deparamo-nos com uma imensa energia gasta em lutas fratricidas, nas quais cada profissão depende muito esforço para se demarcar das co-irmãs e marcar seu território. Não ignoro as especificidades de cada profissão, com respectivos fundamentos teóricos e práticas profissionais, mas observo que a busca por teorias mais generalizantes e conceitos próprios da área acaba prejudicada quando a busca pela especificidade e identidade de cada uma se sobrepõe a uma visão mais holística do campo da informação.

Caso a CI tivesse clareza de seus objetos e objetivos, e não estivesse em eterna crise de identidade, certamente a situação no Brasil seria outra. “Buckland acredita que a disputa sobre a Ciência da Informação e Biblioteconomia poderia ter ocasionado uma grande mudança se tivesse ocorrido uma retomada das primeiras posições dos documentalistas europeus e dos estudos e propostas dos pioneiros estadunidense que atuaram em fins do século XIX” (Ortega, 2004, p.7). No entanto, é inegável que as brigas fratricidas e a falta de clareza acerca dos objetivos sociais de cada área profissional (biblioteconomia, arquivologia e museologia) e seu modo de articulação a uma área do conhecimento que ainda não

construiu seu corpo teórico-conceitual, abrem espaço para muitas indefinições e uma dispersão de esforços, dado que as finalidades não estão sempre suficientemente explicitadas e aceitas por aqueles que deveriam contribuir na construção do conhecimento desta área.

Assessoriamente, vale destacar que, diante da constante busca de identidade e respectiva necessidade de demarcação de terrenos, a Ciência da informação convive em algumas instituições brasileiras com a comunicação, ressaltando a complementaridade entre as duas áreas, mas sempre ressaltando suas diferenças, ao invés do que acontece na França.

A graduação e a pós-graduação no Brasil na área de informação

Não me parece muito fértil criticar uma situação de fato, tal como ela se apresenta no Brasil, mas é forçoso constatar que ela traz consequências. Assim sendo, a seguinte distribuição, geralmente tacitamente assumida, é a seguinte:

a) a formação de graduação (ou seja, o equivalente francês ao BAC+3) corresponde a uma formação profissional e, portanto, ela forma bibliotecários, arquivistas e museólogos, de acordo com a legislação trabalhista e as diretrizes curriculares em vigor. Alguns departamentos ou escolas que ministram esses cursos trazem a CI em seu nome, alguns cursos inovaram e incluíram a informação no nome do curso ministrado (gestão da informação, ciência da informação) mas enfrentam dificuldades relacionadas ao diploma que expedem e que são incompatíveis com o *status quo*, particularmente quando o acesso ao mercado de trabalho se dá através de concursos que pedem diplomas reconhecidos pelo Ministério de Educação, o que elimina a possibilidade de candidaturas de profissionais que portam diplomas de gestores da informação ou alguma paráfrase próxima, dado que a legislação somente reconhece os diplomas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. Há forte pressão para mudar essa situação através da

desregulamentação destas profissões, mas por ora a realidade é essa;

b) a pós-graduação brasileira forma mestres e doutores. No Brasil ela tem uma história bastante edificante em função da atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação, com a elaboração de Planos Nacionais de Pós-Graduação e a avaliação nacional de programas, contando com objetivos consensualmente aceitos: a formação de pesquisadores e a construção de conhecimentos novos, que fertilizem a respectiva área do conhecimento. Há muitas discussões até que ponto o sistema brasileiro de pós-graduação está incentivando o produtivismo e perdendo de vista seus objetivos, mas fato é que:

- as atividades de pós-graduação (mestrado e doutorado, sempre pressupondo que o aluno seja bacharel) se vinculam a áreas do conhecimento e é consenso que, no caso que nos ocupa, esta área é a CI. Alguns programas de pós-graduação iniciaram suas atividades como programas de pós-graduação em biblioteconomia, depois incluíram a menção à CI e hoje todos os programas se assumem programas de pós-graduação em CI, sendo que 10 dos 11 programas oficialmente reconhecidos em 2010 se originaram a partir de graduações em biblioteconomia (o programa do IBICT constitui a exceção).

- em função das diferentes interpretações sobre a vinculação das áreas profissionais em relação à Ciência da Informação, os programas nem sempre se posicionam explicitamente em relação à contribuição que podem dar para aprimorar a prática profissional. As pesquisas desenvolvidas pelos orientandos (para obtenção do grau de mestre ou doutor) muitas vezes resgatam esse aspecto, quando eles propõem pesquisas que tentam responder a inquietações oriundas de uma prática profissional percebida como insatisfatória. No entanto, os objetivos dos programas de pós-graduação e das áreas aos quais se dedicam são bem menos explícitos neste aspecto e enfatizam os grandes temas - importantes por certo! – mas silenciam com certa frequência acerca da relação

entre estes temas e as áreas profissionais de aplicação. A Ciência da Informação, no Brasil, é consensualmente considerada no contexto das Ciências Sociais Aplicadas, pressupondo-se sempre uma possível aplicação social do conhecimento gerado pelos programas de pós-graduação.

- além dos 11 programas de pós-graduação em CI hoje reconhecidos pela CAPES, pode-se citar um programa antigo, hoje desativado, e quatro programas que trabalham na interface, mas por razões variadas não integram, na CAPES, o campo da CI. O conjunto dos programas se encontra listado em anexo.

- um parêntese deve ser aberto em relação ao que no Brasil é denominado o “mestrado profissional”, que também é controlado e regulamentado pela CAPES, mas assume uma vinculação mais clara em relação a objetivos e problemas profissionais. Nossa área conta neste momento um único mestrado profissional oficialmente reconhecido pela CAPES, em “Gestão da Informação”, mas é importante reconhecer que existe muito preconceito contra esta modalidade de pós-graduação.

- há ainda outros programas e MBAs na área, mas sem avaliação e reconhecimento oficial, muito embora alguns cursos dessa natureza gozem de muito prestígio junto ao mercado de trabalho.

A distinção teoria/prática, totalmente discutível, infrutífera e relativa, determina, em boa parte, a distinção entre graduação e pós-graduação, embora haja consenso de que os cursos de graduação que convivem com programas de pós-graduação têm maior potencial de inovação e corpo docente mais titulado. Pelo ângulo do mercado de trabalho, “ao contrário dos Estados Unidos, os profissionais brasileiros são formados em nível de graduação. Os cursos de pós-graduação conferem prestígio e podem levar as promoções individuais, mas não certificam profissionais” (Mueller, 2004, p.36-37).

Quem pesquisa CI no Brasil e o que se pesquisa?

Tendo em vista que a pesquisa se desenvolve quase que exclusivamente nos programas de pós-graduação, ela se concentra em docentes/pesquisadores, alunos de diferentes níveis e grupos de pesquisa.

Não se pode assumir que todos os grupos de pesquisa são abrigados por programas de pós-graduação, mas a maior parte certamente o é. Os Grupos de Pesquisa formalmente constituídos constam do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (subordinado ao Ministério de Ciência e Tecnologia): em 2004 foram cadastrados 103 grupos atuando em CI (Oliveira, 2009), lembrando que os programas de Pós-Graduação são reconhecidos e avaliados pela CAPES, subordinada ao Ministério da Educação.

Do ponto de vista formal, os programas de pós-graduação se organizam – com muita liberdade - pela delimitação de temas e abordagens por eles tratados através do conceito da área de concentração e respectivas linhas de pesquisa. É consenso que a pesquisa não se fortalece através da dispersão de temas, supondo-se que cada pesquisador esteja claramente vinculado a uma linha de pesquisa, o que significa que suas pesquisas pessoais desenvolvem sub-temas abrigados pelo tema da linha e que os trabalhos orientados igualmente se encaixem no escopo da linha de pesquisa. Obviamente, esta organização não é 100% aplicada ou aplicável: há pesquisadores em mais de uma linha de pesquisa, linhas mais diversificadas, alunos que mudam de tema ao longo de sua formação, orientadores que se aposentam, temas novos que surgem e chamam a atenção, temas mais atrativos em termos de disponibilidade de verbas para a pesquisa e etc. No entanto, o “grande” desenho da pós-graduação em Ciências da Informação no Brasil pode ser percebido através dos temas tratados pelos programas de pós-graduação e suas respectivas linhas de pesquisa, conforme pode ser observado no anexo.

Quais conclusões podem ser retiradas da análise das informações que constam do anexo? Novamente, correndo o risco

da generalização abusiva, considero que as linhas de pesquisa podem ser aglutinadas em quatro grandes blocos, como segue (4):

Quadro 1. Agrupamento temático da pesquisa em CI no Brasil

	Proposta de aglutinação dos temas	Temas mais frequentes
1	Organização e representação da informação e do conhecimento	Instrumentos, metodologias e consequências da ordenação e classificação da informação nos fluxos de informação, procedimentos de recuperação da informação, incluindo folksonomias, ontologias, metadados, etc.
2	Mediação, circulação e uso da informação	Aspectos culturais, educacionais e sociais dos fluxos de informação, entraves ao fluxo, variáveis intervenientes, alfabetização informacional, etc.
3	Gestão da informação nas organizações e tecnologia da informação	Aspectos tecnológicos e gerenciais ligados à custódia, organização e disseminação da Informação
4	Outros aspectos da CI Informação	Epistemologia da área, formação e atuação do profissional da informação.

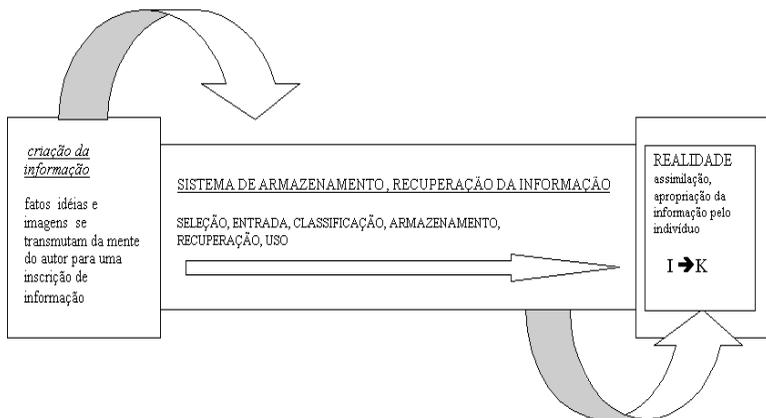
As temáticas relacionadas à organização e representação da informação e do conhecimento representam, com toda certeza, a continuidade dos estudos e das teorias desenvolvidas desde a bibliografia, passando pela biblioteconomia e a documentação. As pesquisas sobre mediação, circulação e uso da informação, com forte viés relacionado à interação e às consequências entre a informação organizada e as repercussões sociais, estão também muito presentes nas pesquisas desenvolvidas no Brasil, destacando as condições nas quais a sociedade, ou grupos sociais, conseguem transformar a informação disponibilizada (objeto do primeiro

grupo) em conhecimento. O terceiro grupo está cada vez mais presente nas discussões, enfocando questões tratadas pelos 2 primeiros grupos através de um filtro tecnológico ou gerencial. O quarto grupo não constitui, de fato, uma aglutinação, mas um repertório de temas menos frequentes, presentes em um ou outro programa.

Considero as pesquisas desenvolvidas no contexto dos três primeiros grupos acima constituindo o núcleo da CI, tendo em vista que os conceitos e pesquisas relacionados ao tema são específicos da área e distinguem a CI de tantas outras ciências que recorrem à informação, mas que não têm como foco central sua organização para acesso e apropriação social.

A complementaridade entre as pesquisas dos três primeiros grupos é evidente e pode ser esquematizada da seguinte maneira:

Figura 1. Fluxo interno e os fluxos externos da informação, onde I = informação e K = conhecimento



Fonte: Smit, Barreto, 2002, p.14

Constata-se que pesquisamos com maior intensidade o módulo “Sistema de Armazenamento, Recuperação da Informação” (correspondente a boa parte dos temas previstos pelos três primeiros grupos acima). As pesquisas com enfoque

arquivístico incluem estudos sobre a produção de documentos e sua relação com a função do documento (correspondendo ao módulo “criação da informação” na figura acima), sendo que o módulo “realidade” da figura recebe um menor número de estudos, apresentando forte viés dos estudos cognitivos e uma tensão sempre latente e pouco discutida entre as abordagens mais individuais da assimilação da informação e os objetivos sociais e coletivos da CI.

A tão decantada interdisciplinaridade da área pode ser detectada em todos os grupos, com diferentes matizes, sendo que ela tem tendência a assumir maior relevância no segundo grupo, no qual pesquisas de cunho sociológico, antropológico ou político são frequentes, alimentando discussões complexas sobre a pertinência ou não de algumas pesquisas, sempre partindo de um traço marcante em nossa história: a procura de uma identidade e a necessidade de demarcação de fronteiras entre disciplinas. A interdisciplinaridade às vezes se apresenta como indisciplina: voltarei à questão nas conclusões.

O Quadro 1 resume, em grandes traços, temas de pesquisa e respectivas abordagens. Fiz há alguns anos atrás um levantamento de temas que, a meu ver, não eram suficientemente pesquisados, os silêncios. Não acredito que este levantamento esteja muito desatualizado. No final de 2005 considerei os seguintes temas insuficientemente pesquisados, baseando-me nas informações enviadas pelos programas para a CAPES:

- produção de indicadores para monitoramento de ações da área. Desde 2006 este tema tem recebido uma atenção um pouco maior, mais ainda com um enfoque mais próximo do apoio a políticas científicas e tecnológicas do que para subsidiar o planejamento e a avaliação de serviços de informação;

- segmentação de usuários e serviços para públicos específicos (crianças, cegos, etc.). O usuário de serviços de informação (físicos ou virtuais) ainda é nosso grande desconhecido!

- informação pública, biblioteca pública, equipamentos públicos. O tema da biblioteca pública, em particular, recebe pouquíssima atenção, as pesquisas se atêm mais à problematização de políticas públicas de informação, obviamente importantes, mas a discussão dos corolários destas políticas, ou seja, a identificação e discussão dos equipamentos públicos que deveriam corporificar as políticas recebem uma atenção muito menor;

- conservação de acervos. Neste ponto vale a expressão “jogar fora o bebê junto com a água do banho”. Ao optarmos, por uma série de razões, por uma ênfase numa compreensão da CI que abandonou o conceito de documento (físico ou digital) em prol de uma informação desmaterializada, que paira em ondas magnéticas no ciberespaço, deixamos de nos preocupar com o documento. Hoje se percebe um ressurgimento das preocupações com o documento e sua conservação, ironicamente alavancado pela estocagem de documentos em meio digital!

- questões jurídicas e éticas envolvidas no acesso e disponibilização da informação, p. ex., problemas de autoria e autenticidade de documentos na web, mas também a censura e os preconceitos presentes em planos de classificação, p. ex.;

- construção de uma linguagem de especialidade em Ciência da Informação (voltarei a este tópico nas conclusões).

A ANCIB e os ENANCIBs (5)

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - ANCIB - sociedade civil sem fins lucrativos, foi fundada em junho de 1989, graças ao esforço de alguns Cursos e Programas de Pós-Graduação da área, admitindo sócios institucionais (os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação) e sócios individuais (professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais egressos dos Programas). Sua finalidade é acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em CI no Brasil. Desde sua criação, tem se projetado, no país e fora dele, como uma

instância de representação científica e política importante para o debate das questões pertinentes à área de informação.

As atividades da ANCIB estruturam-se em duas frentes: o Fórum de Coordenadores, que congrega os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, e o ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIB - fórum de debates e reflexões que reúne pesquisadores interessados em temas especializados da CI, organizados em Grupos de Trabalho - GTs, articulados tematicamente de modo a organizar o núcleo substantivo do domínio da Ciência da Informação.

Coordenados por pesquisadores reconhecidos pela comunidade de pesquisa nos seus subcampos específicos, os GTs respondem pela estrutura organizacional não só dos encontros, mas dos eixos temáticos razoavelmente consensuais que agregam os problemas e as questões consideradas mais relevantes para a configuração da área, respeitando as especificidades da conjuntura brasileira.

A configuração dos ENANCIBs, sob a forma de GTs que agregam subcampos da pesquisa, não acontece num vazio. Ao contrário, emerge dos Programas de Pós-Graduação, ou seja, dos lugares que respondem pelo desenvolvimento da maior parte da pesquisa. Embora a responsabilidade de cada evento seja atribuída a um programa, sua preparação envolve os vários Programas, seja pela definição ou redefinição dos GTs, pela avaliação dos trabalhos submetidos para apresentação - e conseqüentemente, pela seleção das pesquisas individuais ou coletivas que conformam gradativamente a área - ou pela escolha das melhores dissertações e teses de cada Programa, candidatas ao Prêmio Ancib.

Antecedem a preparação de um ENANCIB, discussões organizadas pela ANCIB nas quais tomam parte todos os coordenadores de Programas, levando suas questões quanto ao encaminhamento da pós-graduação a debate. Essas reuniões, que geralmente acontecem duas vezes por ano, são seguidas de encontros, na CAPES, dos coordenadores dos Programas que fazem parte da Área de Ciências Sociais Aplicadas I (Comunicação,

Ciência da Informação, Museologia), onde são debatidas inúmeras questões relativas à avaliação da pós-graduação.

O Quadro abaixo correlaciona os agrupamentos temáticos propostos pelo Quadro 1 em relação aos GTs da ANCIB:

Quadro 2. agrupamento temático dos GTs da ANCIB

Agregação temática proposta pelo Quadro 1	GTs da ANCIB
Organização e representação da informação e do conhecimento	GT2 – Organização e representação do Conhecimento
Mediação, circulação e uso da informação	GT3 – Mediação, circulação e apropriação da informação GT5 – Política e economia da informação
Gestão da informação nas organizações e tecnologia da informação	GT4 – Gestão da informação e do conhecimento nas organizações GT7 – Produção e comunicação da informação em Ciência, Tecnologia e Inovação GT8 – Informação e Tecnologia
Outros aspectos da CI Informação	GT1 – Estudos históricos e epistemológicos da informação GT6 – Informação, educação e trabalho GT9 – Museu, patrimônio e informação

O primeiro ENANCIB foi realizado em 1994 e o 10º em 2009, mantendo-se a partir de 2005 (gestão de Regina Marteletto) os encontros com frequência anual. Os anais dos encontros, contendo os textos completos dos trabalhos aprovados, foram regularmente publicados, desde 2003 em CD-ROM, favorecendo o registro e a memória da evolução das pesquisas em CI no Brasil.

Algumas conclusões provisórias

A CI, no Brasil, é pesquisada nos programas de pós-graduação, tornada pública e discutida nos encontros da ANCIB e em seguida publicada (artigos de periódicos, livros ou capítulos de livros e papers em anais de congressos). Há ainda muitas pesquisas a serem feitas sobre escolas de pensamento e conceitos que levaram à configuração da pesquisa em Ciência da informação no Brasil, identificando-se linhagens de pensamento que foram mantidas vivas e atuantes e outras linhagens que se perderam. Conhecer essa história particular da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil obviamente é essencial, pois a partir deste conhecimento temos como progredir e melhor entender a correlação que se estabeleceu entre uma delimitação (“teórica”) da CI em relação a um quadro de regulamentação profissional e diretrizes para a formação de profissionais da informação. Nossa história é diferente da história francesa. Em relação a esta história, eu teceria 2 comentários finais, complementares.

a) a busca pela identidade da área e sua demarcação em relação a outras áreas apresenta aspectos positivos e negativos. A insistência no caráter interdisciplinar e pós-moderno da área não nos fez avançar, embora obviamente também não faça sentido chegar à brilhante conclusão que o objeto da área seja a informação, pois não há nenhuma área do conhecimento que possa prescindir dela! Dizer que nosso objetivo é o estudo do fluxo de informação evita uma caracterização mais clara desta informação: fluxo de qualquer informação? Neste caso, como nos distinguir da comunicação? Muitas respostas são possíveis, não acredito que uma única seja desejável, mas continuo achando que estamos em plena crise de identidade e que sair desta crise se torna essencial, se não quisermos documentar nossa própria aposentadoria, como anunciado por Lesk (1995). Particularmente, adoto uma delimitação da Ciência da Informação como uma área que pesquisa soluções para organizar o efetivo acesso à informação registrada e institucionalizada (ou seja, conservada por um

determinado tempo por alguma instituição que funcione como fiadora de sua autenticidade). A partir desta opção, vejo a Ciência da Informação como uma área de conhecimento que pesquisa soluções para problemas que, concretamente, ocorrem ou são relevantes para melhor entender o que deve ser feito no contexto dos equipamentos culturais. Ou seja, que a biblioteconomia, arquivologia e museologia figuram como campos profissionais que se nutrem de objetivos e conceitos produzidos na área do conhecimento da qual são emanações ou ocorrências práticas e que, por sua vez, alimentam a área do conhecimento da CI, preservando um vínculo com realidades concretas e sociais.

b) volto agora à questão da visibilidade acadêmica da CI e sua crise de identidade. Não basta alcinhar uma área como sendo científica, ela deve ser reconhecida por outras ciências e outros cientistas em sua condição de ciência. O reconhecimento acadêmico e epistemológico da área, a meu ver, carece de uma linguagem de especialidade, condição *sine qua non* para ser efetivamente admitido no clube da ciência. Reporto-me aqui à história da enfermagem: as enfermeiras travaram grandes batalhas para poderem exercer uma função que não fosse subordinada e dependente da área de atuação dos médicos, mas não tiveram sucesso, pois não tinham uma linguagem de especialidade própria! Recorriam aos termos da medicina, reafirmando sua dependência ou subordinação acadêmica. Os engenheiros, por sua vez, souberam se apropriar de conceitos da física, da química e da matemática, construindo um corpo de conceitos considerados próprios da engenharia (Abbott, 1988). Qual linguagem de especialidade nós temos? Usamos frequentemente termos no senso comum (p. ex. “usuário”, “livro” ou “catálogo”), importamos termos sem a devida customização (“banco de dados” ou “sistema de informação”) e, ironicamente, quando recorremos a termos revestidos de um significado específico de nossa área, usamos termos desenvolvidos nas áreas profissionais da biblioteconomia, arquivologia e museologia. “A constituição de uma terminologia própria marca em qualquer ciência o

nascedouro ou o desenvolvimento de uma nova conceituação, e assim marca um momento decisivo de sua história. Poderíamos mesmo dizer que a história de uma ciência se resume a seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor à medida na qual faz existir e consegue impor seus conceitos em suas denominações” (Benveniste, 1974, v.2, p. 247) (6). A constituição de uma linguagem de especialidade, mesmo que incluindo conceituações diversas de acordo com escolas de pensamento diferenciadas, me parece ser um caminho fértil a trilhar para sairmos de nossas inquietações identitárias e alcançarmos um reconhecimento acadêmico de nossa competência para propor soluções para problemas inquietantes que se avolumam e que vêm sendo objeto de pesquisas de outras áreas do conhecimento que não nos reconhecem como interlocutores com uma competência específica (a inteligência artificial acaba de descobrir, quando constrói ontologias, as facetas de Ranganathan). Para encerrar, eu acredito que a construção da linguagem de especialidade em muito contribuirá para formalizar a área da CI na condição de área do conhecimento.

Apêndice A. Programas de pós-graduação em Ciência da Informação (jan.2010)

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Nível	
			Ms	Dr
IBICT/ UFRJ	Informação e mediações sociais e tecnológicas para o conhecimento	- Epistemologia e interdisciplinaridade na Ciência da Informação - Organização, estrutura e fluxos da informação - Informação, sociedade e gestão estratégica	X	X

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Nível	
			Ms	Dr
UEL	Gestão e organização do conhecimento	- Organização e compartilhamento da informação e do conhecimento (mestrado profissional)	X	
UFBA	Informação e conhecimento na sociedade contemporânea	- Políticas, tecnologias e usos da informação - Produção, circulação e mediação da informação	X	
UFF	Dimensões contemporâneas da informação e do conhecimento	- Informação, cultura e sociedade - Fluxos e mediações sócio-técnicas da informação	X	
UFMG	Produção, organização e utilização da informação	- Organização e uso da informação - Informação gerencial e tecnológica - Informação, cultura e sociedade	X	X
UFPB	Informação, conhecimento e sociedade	- Memória, organização, acesso e uso da informação - Ética, gestão e políticas de informação	X	
UFPE	Informação, memória e tecnologias	- Memória da informação científica e tecnológica	X	
UFSC	Gestão da informação	- Fluxos de informação - Profissionais da informação	X	

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Nível	
			Ms	Dr
UNB	Transferência da informação	- Gestão da informação e do conhecimento - Arquitetura da informação - Comunicação da informação	X	X
UNESP	Informação, tecnologia e conhecimento	- Informação e tecnologia - Organização da informação - Gestão, mediação e uso da informação	X	X
USP	Cultura e informação	- Apropriação social da informação - Gestão de dispositivos de informação - Organização da informação e do conhecimento	X	X

Apêndice B. Programas reconhecidos, atuando em áreas correlatas (jan. 2010)

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Nível	
			Ms	Dr
FIOCRUZ	Configurações e dinâmicas da informação e comunicação em saúde	- Informação, comunicação e inovação em saúde - Informação, comunicação e mediações em saúde	X	X

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Nível	
			Ms	Dr
UFRGS	Comunicação e informação	- Comunicação, representação e práticas culturais - Informação, tecnologias e práticas sociais	X	X
UNIRIO	Estudos interdisciplinares em memória social	- Memória e patrimônio - Memória e linguagem - Memória e espaço - Memória, subjetividade e criação	X	X
UNIRIO	Museologia e patrimônio	- Museu e museologia - Museologia, patrimônio e desenvolvimento	X	X

Notas

(1) As exceções, às quais voltarei adiante, se concentram, sobretudo nos pesquisadores vinculados ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

(2) Nem todo o ensino da biblioteconomia no Brasil foi sediado por universidades, mas por instituições de ensino superior. Para simplificar a exposição, a partir deste momento a expressão ensino universitário significa todo e qualquer ensino de nível superior, independentemente da denominação da instituição que o ministra.

(3) A substituição do currículo mínimo por diretrizes curriculares foi feita para todos os ramos do ensino universitário, mas chegou no momento exato em que a biblioteconomia questionava insistentemente sua formação. Pode-se considerar que, neste ponto, houve uma feliz coincidência entre políticas governamentais, anseios acadêmicos e preocupações profissionais.

(4) Os três primeiros grupos são citados por diferentes estudos resumidos por Barreto (2009, p.15). O quarto grupo constitui um caso à parte.

(5) O resumo da ANCIB e dos ENANCIBs provém da introdução ao livro (no prelo), de autoria de Marilda Lopes Ginez de Lara e Johanna W. Smit e que reúne os melhores trabalhos apresentados no IX ENANCIB, de 2008.

(6) Em francês no original: “La constitution d’une terminologie propre marque dans toute science l’avènement ou le développement d’une conceptualisation nouvelle, et par là elle signale un moment décisif de son histoire. On pourrait même dire que l’histoire propre d’une science se resume en celle de ses termes propres. Une science ne commence d’exister ou ne peut s’imposer que dans la mesure ou elle fait exister et où elle impose ces concepts dans leur dénomination.” (Benveniste, 1974, v.2, p.247).

(7) Até fevereiro 2007, a CAPES reconhecia ainda um mestrado na PUC-Campinas, com área de concentração em “Administração da informação”, atualmente desativado.

Referências

ABBOTT, A. **The system of professions: an essay on the division of expert labor.** Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BARRETO, A. de A. Olhar sobre os 20 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Brasília, v. 2, n. 1, p.3-28, 2009.

BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale.** Paris: Gallimard, 1974.

FONSÊCA, A. M. F.; ODDONE, N. Breves reflexões sobre o profissional da informação e sua inserção no mercado de trabalho. *In*: CINFORM-ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais [...].** Salvador: CINFORM, 2005.

LESK, M. **The seven ages of information retrieval**. International Federation of Library Associations and Institutions. Universal Dataflow And Telecommunications Core Programme. Occasional Paper 5, March, 1996.

MUELLER, S. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott – proposta de estudo. *In*: BAPTISTA, S. G., MUELLER, S. P. M. (org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho Brasília: Thesaurus**, 2004. p. 23-54.

OLIVEIRA, M. de. Grupos de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 38-59, 2009.

OLIVEIRA, M. de; CARVALHO, G. F.; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino da biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 13-24, 2009.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, 2004.

SMIT, J. W., BARRETO, A. de A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. *In*: VALENTIM, M. L. (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23. (Palavra-Chave, 13).

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.